

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POSSIBILIDADES, LIMITES E CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E CONSUMO CONSCIENTE

Douglas Schmidt¹

Enise Barth²

Palabras clave: educação, formação financeira, sustentabilidade, justiça social, consumo planejado.

INTRODUCCIÓN

A educação financeira ganha destaque como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de competências que possibilitem aos indivíduos administrar seus recursos de forma consciente, planejada e responsável. Porém, a abordagem tradicional, frequentemente centrada em aspectos técnicos e comportamentais individuais, revela-se limitada diante das desigualdades estruturais e da crise ambiental contemporânea (Leffler; Souza; Souza, 2021).

Diante desse cenário, propõe-se uma abordagem mais abrangente: a educação financeira sustentável. Essa perspectiva busca alinhar à formação financeira aos princípios do desenvolvimento sustentável, promovendo não apenas a gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos, mas também a conscientização quanto aos impactos socioambientais do consumo e às desigualdades sociais (Couto; Maracajá; Machado, 2022).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) define a educação financeira como um processo que permite aos consumidores e investidores aprimorar sua compreensão sobre produtos financeiros, riscos e oportunidades, por meio de informações e orientações, com o objetivo de desenvolver habilidades e confiança para tomar decisões informadas e melhorar seu bem-estar financeiro.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, douglas.schmidt@estudante.uffs.edu.br

² Universidade Federal da Fronteira Sul, enise.teixeira@uffs.edu.br

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada pelo Decreto 7.397/2010, visa promover a educação financeira nas escolas para ajudar os cidadãos brasileiros a tomar decisões conscientes sobre crédito, consumo e investimentos, com foco em uma vida financeira sustentável. Em 2020, o Decreto nº 10.393 atualizou a estratégia, criando o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) para implementar e divulgar seus princípios, além de facilitar a interação entre os órgãos responsáveis por ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

No entanto, a adoção dos princípios da OCDE na educação financeira não considera desigualdades sociais nem problemas ambientais, reforçando a distância entre as classes sociais e priorizando o desenvolvimento econômico (Sachs; Salles, 2024). Torna-se evidente a necessidade de ampliar a discussão para além da esfera econômica, integrando-a às dimensões sociais e ambientais. E nesse contexto surge o desenvolvimento sustentável, definido como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987, p. 54).

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da educação financeira nas dimensões econômica, social e ambiental. A discussão no contexto do III EIPOS destaca a educação financeira sustentável como instrumento de justiça social, consumo consciente e inclusão de grupos vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento regional, fortalecimento cultural e integração transfronteiriça, aprendizado mútuo e a construção de soluções coletivas.

DESARROLLO

Este estudo adota como metodologia uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura, ao analisar a integração entre educação financeira e desenvolvimento sustentável. Explora as limitações da educação financeira tradicional e propõe modelos mais inclusivos, considerando aspectos sociais e ambientais, além da implementação de políticas públicas, como a ENEF, e suas implicações para grupos vulneráveis.

Nessa abordagem, a disseminação da ideia de sustentabilidade que, na década de 1990, surgiu com o conceito do tripé da sustentabilidade, o Triple Bottom Line, apresentado por John Elkington (1997). A perspectiva Triple Bottom Line, parte do

pressuposto que a sustentabilidade é o resultado do equilíbrio entre os pilares sociais, ambientais e econômicos, sendo necessário ampliar a capilaridade das informações e dos conteúdos socioambientais para um upgrade em larga escala.

A integração entre educação financeira e desenvolvimento sustentável busca maior equidade, mas, conforme Sachs e Salles (2024), a OCDE difunde valores neoliberais, como individualismo e liberdade de mercado, ampliando o papel do setor privado. Além disso, critica-se a ideia de que crescimento econômico e preservação ambiental sejam compatíveis, por ignorar contradições estruturais entre lucro e justiça social.

RESULTADOS, AVANCES Y REFLEXIONES

A integração da educação financeira com a educação ambiental e os princípios da sustentabilidade fortalece a autonomia dos indivíduos, especialmente os vulneráveis, ao promover uma gestão financeira consciente e melhorar sua qualidade de vida. Alinhada ao desenvolvimento sustentável, com foco no desenvolvimento social, contribui para reduzir desigualdades e atender às necessidades das gerações presentes e futuras. Também incentiva o consumo consciente, abordando o comportamento do consumidor e destacando a importância de reduzir o consumo excessivo e o desperdício, prejudiciais à qualidade de vida e ao meio ambiente (Couto; Maracajá; Machado, 2022).

A educação financeira sustentável busca integrar práticas financeiras conscientes aos princípios do desenvolvimento sustentável. Leffler, Souza e Souza (2021) destacam que a abordagem fortalece a autonomia dos indivíduos e contribui para a redução das desigualdades sociais. Couto, Maracajá e Machado (2022), consideram que amplia o escopo da educação financeira ao incluir consumo responsável e desenvolvimento social.

Para os referidos autores, a elaboração e o acompanhamento de um orçamento exigem diversas competências, como planejamento, compreensão das finanças como um todo, identificação de fontes e usos de recursos, e a percepção de desperdícios e incertezas. Esses fatores são essenciais para promover uma abordagem de finanças sustentáveis. Práticas financeiras equilibradas podem garantir segurança econômica e bem-estar, além de gerar impactos positivos no meio ambiente. Em suma, a educação financeira sustentável revela-se um instrumento eficaz para fomentar o consumo

consciente, contribui para mitigar os riscos associados ao consumo por impulso e ao desperdício, ao mesmo tempo em que redefine a relação dos indivíduos com seus próprios resíduos.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROYECCIONES

A discussão desenvolvida evidenciou que a educação financeira, quando tratada de forma isolada e técnica, tende a reproduzir exclusões e desconsiderar fatores estruturais que afetam as finanças dos indivíduos. Essa abordagem limitada reforça a necessidade de uma perspectiva mais abrangente, que integre as dimensões sociais, econômicas e ambientais, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a educação financeira deve ser ressignificada para valorizar a justiça social, o consumo consciente e a sustentabilidade, especialmente em relação aos grupos vulneráveis. Promover uma educação financeira sustentável não se restringe à gestão de finanças pessoais, mas também contribui para uma transformação cultural e social que visa uma sociedade mais justa, ética e comprometida com o bem-estar coletivo e as futuras gerações.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

REFERENCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 245, p. 7-8, 23 dez. 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 110, p. 2-3, 10 jun. 2020.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COUTO, R. F.; MARACAJÁ, K. F. B.; MACHADO, P. de A. **Financial education and sustainability**: a conceptual framework. Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 485-508, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2022.v23n3.2239>.

ELKINGTON, J. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Gabriola Island: New Society Publishers, 1997.

LEFFLER, R.; SOUZA, C. V. F. de; SOUZA, M. A. V. F. de. Educação financeira e o desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática de literatura. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 14, n. 4, p. 502-513, 21 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17921/2176-5634.2021v14n4p502-513>.

OCDE – ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness: recommendation of the council. Paris: OECD, July 2005.

SACHS, L.; SALLES, T. V. Ideologia neoliberal nos materiais de educação financeira do Ensino Médio do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33871/rpem.2024.13.32.9499>.